

**Ata da reunião ordinária da Assembleia  
Municipal do dia dois de setembro de  
dois mil e treze -----**

----- Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze reuniu a Assembleia Municipal do Concelho de Castro Daire, no Auditório do Centro Municipal de Cultura, pelas dez horas e quinze minutos, com a seguinte: -----

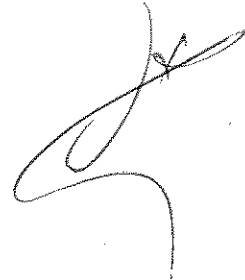
**----- Ordem de Trabalhos -----**

**----- Intervenções antes da Ordem do Dia: -----**

----- **Augusto Rodrigues Silva Andrade:** Propõe à Assembleia Municipal que seja feito um voto de silêncio pelos bombeiros falecidos nos fogos florestais que ocorreram durante este ano no País e um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Castro Daire e de Farejinhãs pelo bom trabalho desempenhado. -----

----- **Dr. Márcio Ferreira dos Santos:** Informa que não consegue perceber qual é o critério em relação à elaboração das atas, porque, durante este mandato, se passou sempre do oito para o oitenta. Informa ainda que verifica que as suas intervenções feitas na última assembleia foram reduzidas e que disse muito mais do que aquilo que consta na ata. Diz ainda que, fazendo um balanço de tudo o que se passou em relação às atas, não consegue arranjar um critério que tenha sido seguido pela Mesa em relação à sua redação. Primeiro, era escrito textualmente tudo o que todos os intervenientes diziam, depois passava novamente a não dizerem nada. Nas atas devia constar o que é essencial a cada uma das intervenções, e nesta ata, em sua opinião, e no que diz respeito às suas intervenções, não reflete minimamente aquilo que se passou e que disse. Por esse motivo, esta intervenção será a sua declaração de voto em relação à ata e o seu voto será contra. Seguidamente refere-se ao relatório mencionado no ponto dois ponto dois, para dizer que não recebeu o relatório, e gostaria de tomar conhecimento dele. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Alva:** Começa por dizer que este mandato foi em grande parte e frequentemente demarcado por um processo judicial em que o próprio era um dos arguidos e que o Sr. Presidente de Câmara procurou sempre, durante as assembleias, enlameá-lo e pôr em causa a sua dignidade, sua honra e a sua honestidade. Continua dizendo que espera que o Sr. Presidente da Câmara reconheça que não esteve bem, que a justiça é soberana e que não vale tudo para



combater politicamente os adversários. Termina dizendo que foi julgado, na Assembleia Municipal, sucessivamente, condenado sucessivamente, mas o Tribunal o absolveu. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Informa que a regra é deixar na ata o essencial e a diferença está na visão do que é essencial, porque se para uns as coisas não têm conteúdo nenhum, para outros pode ter conteúdo. Esta apreciação é sempre subjetiva. No que concerne aos Bombeiros, é justa a sua homenagem, o que é sempre pouco, pois são homens voluntários que com muito sacrifício foram acudindo aos incêndios que assolaram o País, pelo que propõe um minuto de silêncio e um voto de pesar pelas vítimas que faleceram nestes fogos. Propõe, também, um voto de louvor pelo trabalho que os Bombeiros de Castro Daire e de Farejinhãs fizeram, pois trabalharam muito bem, com uma coragem enorme e com muito sacrifício, no meio do inferno que são os incêndios. -----

----- Seguidamente, é feito um voto de silêncio em homenagem aos Bombeiros que faleceram nestes incêndios e um voto de louvor aos Bombeiros de Castro Daire e de Farejinhãs. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** No que respeita à auditoria, informa que cumpriu o que consta no ponto 4 da mesma. Informa ainda que deu conhecimento do Relatório ao órgão executivo e que o enviou ao Presidente da Assembleia Municipal, para que este desse conhecimento à Assembleia Municipal do seu conteúdo. Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alva, informa que no dia seguinte ao dia da sua tomada de posse, se inteirou de todos os assuntos que havia no Gabinete Jurídico, e não constava nenhum processo relacionado com a Soucingest. Passado um mês, recebeu uma carta do Dr. Artur Baião, a informá-lo de haviam três processos levantados pelo Ministério Público. Informa ainda que foi chamado a esse processo como testemunha de defesa dos arguidos Dr. José Manuel Ferreira e Dr. António de Oliveira Giroto. -----

## 1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

### 1.1. Leitura e votação da ata da sessão anterior: -----

----- O Sr. Presidente da Mesa informa que a ata, referente à sessão da assembleia realizada no dia vinte e um de junho de dois mil e treze, foi enviada para todos por mail, propondo dispensar a leitura da mesma, sendo a proposta aprovada. -----

----- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com 2 votos contra e 7 abstenções. -----

### 1.2. Leitura e apreciação do expediente: -----

----- Foi dado a conhecer o diverso expediente recebido, em especial, a comunicação do Tribunal de Contas sobre a homologação da Conta relativa ao exercício de 2011. -----

----- Neste ponto foi efetuada a chamada estando a faltar, no momento, os membros da Assembleia, Senhores Fernando Pinto Ferreira e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Castro Daire, Gafanhão, Moledo, Parada de Ester, Pepim e Pinheiro. -----

## 2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

**2.1. Análise, discussão e votação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 1 e para efeitos do n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação última dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – LOE 2012 – e da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a aplicar no ano de 2014, propostos pela Câmara Municipal, nos seguintes valores: -----**

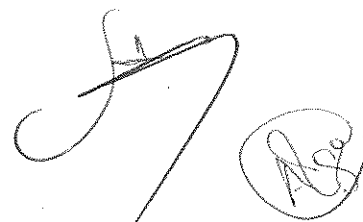
Prédios urbanos	Prédios avaliados nos termos do CIMI
0,5%	0,3%

----- Sobre este ponto, é dada a palavra ao Srs. Membros: -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Cujó:** Sobre este assunto, refere que, na sequência da sua intervenção feita na sessão que se realizou em fevereiro sobre o pedido de descidas generalizadas dos impostos, e nomeadamente do IMI, se congratula porque, a sua intervenção feita nessa altura deu resultados, pois o Sr. Presidente da Câmara, desceu o IMI de 0,7 para 0,5, e essa é uma medida que vai beneficiar muita gente, em especial quem paga IMI. -----

----- **Manuel Oliveira de Almeida:** Informa que ficou muito contente com o facto de as taxas terem baixado, mas que seria bom se houvesse alguns incentivos, como por exemplo a redução de algumas taxas para quem quisesse reconstruir casas antigas nas aldeias, sobretudo nas zonas históricas das mesmas. Com essa medida a Câmara viria a ganhar, porque ao reconstruir uma casa no centro de uma aldeia, não é preciso fazer infraestruturas, porque elas já se encontram feitas, o que não acontece quando se faz uma casa no meio de um pinhal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Dirige-se ao Presidente da Junta de



Freguesia de Cujó, para dizer que a descida do IMI não beneficia muita gente, porque os imóveis foram todos avaliados este ano. Informa também que o município vai abrir um gabinete, dotado de formação própria para os proprietários podem pedir a isenção total, caso a ela tenham direito. -----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

**2.2. Conhecimento do Relatório n.º 1090/2013 - Processo n.º 2012/180/A3/1271, da Inspeção Geral de Finanças - Controlo do Endividamento Municipal - Município de Castro Daire, em conformidade com o disposto na alínea q) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;** -----

----- Sobre este ponto, intervêm os Srs. Membros: -----

----- **Dr. Márcio Ferreira dos Santos:** Informa que nenhum dos seus colegas de bancada, incluindo ele próprio, recebeu o relatório, que segundo a ordem de trabalhos, deveriam ter tomado conhecimento, pelo que teve que se dirigir à Mesa para poder analisar o relatório e informa a Mesa que gostaria que lhe fosse facultado esse documento. Em sua opinião, este ponto deveria ser retirado simplesmente da ordem de trabalhos e recolocado numa futura sessão da assembleia, para poderem tomar conhecimento em condições sobre o conteúdo do mesmo. Nesta altura, o membro da Assembleia Municipal, Dr. Márcio Ferreira dos Santos lê um excerto do relatório. Sobre o excerto que leu, informa que aquela é a excelente situação financeira do Município que consta do relatório que não conhece, mas a verdade é foi trazido à sessão um ponto de trabalhos para apreciação de um Relatório que tem relevância em termos de apreciação da gestão orçamental do município. Termina dizendo que a bancada do PSD não pode aceitar que este ponto conste da ordem de trabalhos, pois passam pela suposição de terem apreciado um relatório que nem sequer conhecem. -----

----- **Dr. Amadeu Ferreira de Paiva:** Informa que não tomou conhecimento do relatório, apenas leu algumas linhas quando o Dr. Márcio Santos o pediu à Mesa da Assembleia, mas que em sua opinião, é importante ter-se consciência que, mesmo a nível nacional, dirigem-se críticas ao Governo e muito poucas ao órgão legislativo máximo do município, porque é neste órgão que os orçamentos municipais são aprovados, e todos deveriam ter consciência disso. Termina dizendo que o orçamento é um compromisso e deve ser o mais realista possível, e era um facto que todos os exercícios orçamentais que ali passaram, era completamente descabida a relação entre o que se previa fazer e o que depois se fazia na prática. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Informa que o relatório é para

conhecimento da Assembleia, e que a Assembleia não tem que deliberar sobre ele. O essencial do relatório foi dito na comunicação que leu. Como todos os membros se pronunciaram no sentido de querer esse relatório, ficará em ata que os serviços assumirão a obrigação de enviar o relatório a cada membro da Assembleia por e-mail. -----

**2.3. Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo; -----**

----- Sobre este ponto, intervêm os Srs. Membros: -----

----- **Sara Micaela Moita André:** Começa por dizer que o Sr. Presidente da Câmara disse, no início da sessão, que foi eleito para defender todos os direitos do Município, mas uma informação recente do Gabinete do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em que informa que atualmente a Câmara Municipal de Castro Daire não possui licença para a descarga de águas residuais da ETAR da Ponte Pedrinha e que o pedido para emissão de licença de descarga encontra-se suspenso, pois os resultados da qualidade do fluido tratado ainda não são satisfatórios. Informa que na mesma situação de decadência encontra-se também a ETAR das Termas do Carvalhal. Diz ainda que se por um lado, os castrenses não vêm preocupação com a recuperação das ETARs em funcionamento, por outro, também não sabem que havendo ETARs recentemente construídas, estas iniciarão funcionamento brevemente ou se deverão primeiro iniciar um processo de degradação por forma a condicionar o seu funcionamento. É exemplo disso a ETAR da Granja. Diz também que, estando o Sr. Presidente da Câmara Municipal já no final do seu mandato, não terão sido quatro anos suficientes para tomar medidas resolutivas que visem a saúde pública dos castrenses, onde na hierarquia das suas prioridades não se encontram as questões de saúde pública e de impacto ambiental. O mesmo acontece com o Rio Paiva, um curso natural de valor incalculável para o concelho, que não é importante para o Sr. Presidente que este ofereça condições para a sua utilização, nas suas diversas vertentes. Em relação ao relatório da Inspeção-Geral das Finanças, lamenta que nas causas que levaram ao aumento do desfazamento entre a receita e a despesa, não estejam obras que satisfaçam os interesses de todos os castrenses e que apenas beneficiem pequenas partes dos castrenses. Termina elogiando a extrema capacidade de oratória do sr. Presidente da Câmara, dizendo que esta capacidade lhe permite contornar a realidade, passando meias verdades como verdadeiras mais valias. -----

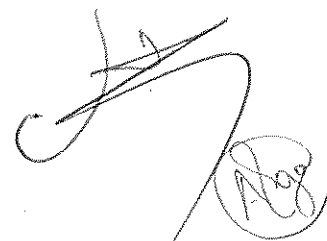
----- **Presidente da Junta de Freguesia de Alva:** Refere-se às Termas do Carvalho, dizendo que todos sabem o que sucedeu em 2012 e que esperavam uma estratégia de recuperação de 1900 ou pelo menos parte dos 1900 clientes que se perderam no ano transato, o que não aconteceu. Informa que outro sinal de que as Termas do Carvalho não são a prioridade no essencial, é o facto de que em vez de se arranjar o coração das Termas, que são os balneários, foram ruas arranjadas, mas vazias. Há estabelecimentos com as pessoas da terra, mas sem os aquistas. Além da situação dos balneários, também deveria ser acautelada a situação da piscina, do restaurante termal e do campo de ténis. Informa que houve concurso, mas que não teve concorrentes, pelo que tiveram que reduzir os valores e a sua concessão foi entregue a um concorrente. Em virtude desse segundo concurso, nada se passou e nada se passa nas Termas do Carvalho, a não ser o abandono do referido espaço. Termina lançando um alerta e recomendando a quem vier a seguir que não trate assim tão mal a pedra mais preciosa que o Município tem, em termos turísticos, que são as Termas do Carvalho. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Cujó:** Propõe que o próximo executivo da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia deveria fazer um trabalho profundo no sentido de limpar as matas, pois em sua opinião, os fogos deviam apagar-se no inverno cortando-se os matos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Quanto à Sr.<sup>a</sup> Sara Micaela Moita André, informa-a que as ETARs da Ponte Pedrinha e das Termas do Carvalho, assim como as de Alva, Mões, se encontram muito degradadas. Seguidamente dirige-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Alva para lhe dizer que quando recebeu o relatório das Termas do Carvalho a informar que havia uma fuga nas instalações, mandou logo encerrar o Balneário, para preservar a saúde pública, com a qual a ACES concordou e enalteceu a atitude do Presidente, e a Delegada de Saúde só deu ordem para as Termas abrirem passado cinco semanas, após as análises terem vindo corretas. Quanto ao Sr. Presidente de Cujó, a Câmara Municipal não tem que andar a limpar as matas, essa competência é dos donos dos terrenos e o que está na Lei é para todo o cidadão cumprir. -----

-----

**2.4. Pedido de autorização, nos termos do disposto no artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012 – LOE 2013 – de 31 de dezembro, para recrutamento, a termo resolutivo certo, de mais dois (2) assistentes operacionais (Auxiliares de Ação Educativa – Serviço de almoço, prolongamento do horário e vigilância escolar), no âmbito da autorização concedida, para recrutamento de até 65 assistentes operacionais a termo resolutivo certo, pela deliberação tomada na sessão ordinária, de 25.02.2013, da Assembleia Municipal (ponto 2.3.9, a**



**que se refere o procedimento concursal, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 130, de 9 de julho de 2013 (Aviso n.º 8717/2013);** -----

----- Sobre este ponto, intervêm os Srs. Membros: -----

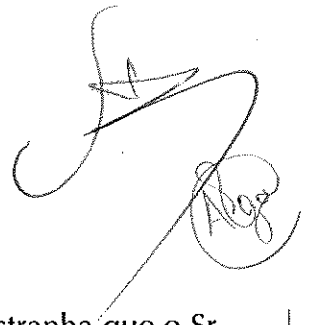
----- **Prof. António Luís Fernandes Ferreira:** Informa que ficou surpreendido com aquela proposta, embora reconheça que são necessárias, e com a mudança do local do Jardim-de-Infância. Informa que foi uma desconsideração não terem sido contactado sobre a mudança das instalações, porque nunca houve problemas com o local onde tem funcionado, mas que iam propor essa mudança porque poderia daí advir uma poupança para a autarquia. Seguidamente refere-se às AECs para dizer que o Sr. Presidente prometeu que iam promover as AECs, mas a certa altura e numa altura já bastante avançada do ano e na preparação do próximo ano letivo, o Sr. Presidente informou o Agrupamento que, de acordo com um parecer que recebeu da Associação Nacional de Municípios, o Município não ia promover as AECs. Lamenta ter tido uma reunião com os professores das AECs, ter feito uma série de referências relativamente à constituição e distribuição dos horários, dando a entender que o Agrupamento iria distribuir como queria os professores, até porque se o Agrupamento tiver excedentes de professores pode colocá-los nas AECs. Só que o Sr. Presidente não sabia disso porque avançou para alguns dados sem ter tido o cuidado de se estar a tomar uma decisão da promoção por parte da autarquia, sem ter tido o cuidado de perguntar ao Agrupamento o que é que ele pensava sobre essa situação. Informa ainda que o facto de ter feito esta intervenção se deve a ter sido surpreendido numa Assembleia Municipal pela mudança de local de um Jardim-de-Infância. Termina dizendo que podem ter posições políticas diferentes, estar em listas diferentes, ter uma visão diferente, mas obrigações institucionais não as podem descuidar e têm que saber separar o que é pessoal, político, do institucional e saber respeitar os que confiaram neles e defender a Instituição até ao limite, com as pessoas que gostam mais, que gostam menos ou com aquelas com quem sequer falam, mas institucionalmente têm que falar, porque se assim não for, não são merecedores do lugar que ocupam. -----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 4 abstenções. -----

## **2.5. Outros assuntos;** -----

----- Sobre este ponto, intervêm os Srs. Membros: -----

----- **Dr. Márcio Ferreira dos Santos:** Refere-se ao Relatório da Inspeção Geral de Finanças, para sugerir aos membros da Assembleia que leiam atentamente o relatório, e que durante dois mandatos que fez na Assembleia Municipal, passaram-

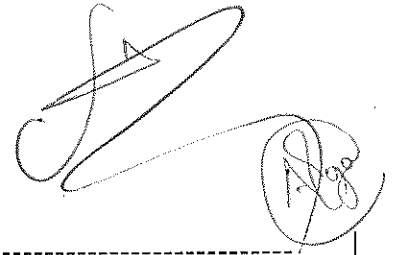


Lhe vários relatórios da Inspeção-Geral da Tributação pelas mãos e estranha que o Sr. Presidente nunca tenha tido conhecimento de nenhum. Diz ainda que o Sr. Presidente apressou-se a culpar o anterior executivo do PSD pelas coisas más que constam no relatório e referiu que houve um aumento da dívida do Município naquele período eleitoral de 2009 e que era esse período que originava o desequilíbrio orçamental referido no relatório, e nesse aspeto é bem claro, não foi o que aconteceu. Informa ainda que o plano que o Senhor Presidente refere, dizendo ser culpa do Governo a sua criação, que é o Plano de Valorização Extraordinária de Dívidas do Estado, ajuda precisamente à resolução desse assunto. Transforma a dívida administrativa, que na altura, em 2009, até existia, em dívida financeira, retirando essa dívida da questão do Orçamento de Estado, que é relevante para a apreciação do equilíbrio das contas. Em 2012, o nível de endividamento global do município de Castro Daire evoluiu de forma positiva em face ao exercício anterior, o que não quer dizer que de 2009 a 2011 que tenha sido favorável. Termina dizendo que o Sr. Presidente deve parar de culpar os outros pela má gestão que fez no ano de 2011.-----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Cujó:** Informa que procurou ter sempre uma relação correta com o Sr. Presidente da Câmara, mas já o mesmo não se passa em relação à sua pessoa, com o qual já está habituado, só que o Sr. Presidente referir-se ao povo de Cujó, dizendo que ele ainda não abriu os olhos, isso não perdoa ao Sr. Presidente. Sempre foi eleito com maiorias muito claras e nunca precisou de prometer favores a ninguém para fazer as listas. Continua dizendo que o povo de Cujó é um povo inteligente, pobre, mas inteligente e aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse sobre ele é reprovável. Termina dizendo que o Sr. Presidente da Câmara aproveita tudo quanto pode para espezinhar o povo de Cujó, sendo a última das quais, a requalificação da estrada Treixelo – Almofala, em que o Sr. Presidente apenas requalificou até à Cruz que está a norte do Senhor da Livração, depois de tantas vezes lhe ter dito que aquela estrada estava em péssimo estado.

----- **Presidente da Junta de Freguesia S. Joaninho:** Informa que fez 20 anos como representante da Freguesia de S. Joaninho na Assembleia Municipal e que sempre lutou pelos interesses da sua freguesia, e passou por três Presidentes de Câmara e teste último mandato, foi mais difícil para lidar com a Câmara. Sempre se deu bem com o Sr. Presidente da Câmara, e que espera sempre continuar a dar, mas um fracasso, no sentido de que a sua freguesia, é uma freguesia que não tem recursos nenhuns a não ser as verbas que lhe são atribuídas. Verbas essas que lhe foram dadas através de protocolos, e para os conseguir tinha que se dirigir à Câmara. No que concerne a obras, elas constam do plano e lá continuam, para quem vier depois as encontrar. Diz ainda que, com o fim da sua carreira política, fica-lhe a mágoa de não ter o saneamento a funcionar, porque lutou por ele desde o seu primeiro mandato. Termina dizendo que sai muito satisfeito com o desempenho que teve pela sua terra e deseja boa sorte para todos os que continuem na Assembleia Municipal e





aos que entrarem de novo. -----

----- **José Carlos Rocha Fernandes:** Começa por dizer que se congratula por ter estado na Assembleia Municipal durante 12 anos, e que durante esse 12 anos tomou sempre a sua posição e as suas decisões de voto, nunca para interesse pessoal ou para agradar a alguém, mas sempre com o intuito que pensava que devia ser o melhor para a sociedade castrense. Continua dizendo que é um ciclo que se fecha e outro ciclo se abre. Pede que o desculpem se alguma vez feriu a dignidade de alguém, pois não o fez propositadamente. Espera que no futuro, com quem se encontre na rua, faça o que ele sempre fez até hoje com as pessoas, que foi respeitá-las, pois todos têm opiniões diferentes. Deixa um abraço de amizade ao Sr. Dr. António Beato Serra, um grande amigo, por quem tem muito respeito, pois foi ele que o trouxe para a política. Termina deixando esta frase aos Membros da Assembleia Municipal: *"Para a sociedade ser melhor, deveríamos muita vez falar mais de nós e menos aos outros"*. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Alva:** Começa por dizer que o Sr. Presidente de Câmara culpou os presidentes de junta pelo empolamento dos orçamentos, mas segundo o relatório, o que foi empolado não foi a despesa, mas a receita de capital. Diz ainda que o Sr. Presidente, aproveitando-se do relatório da Sr.<sup>a</sup> Inspetora, implementou protocolos, que em relação a eles, não tem nada contra, bem pelo contrário, mas não seriam protocolos, pois os protocolos não teriam que perder 50% do valor das transferências que foram feitas. Continua dizendo que há uns meses atrás perguntou se neste ano ia haver protocolos, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente, o que não aconteceu. Diz ainda que a Junta de Freguesia de Alva recebeu, este ano, zero cêntimos da Câmara Municipal de Castro Daire e pergunta onde é que está a promessa que o Sr. Presidente da Câmara fez de valorizar as juntas de freguesia. Continua dizendo que nunca se assistiu a uma desvalorização tão grande das juntas de freguesia. Termina dizendo que se o Sr. Presidente tornar a vencer as eleições, será a derrota total das juntas de freguesia e dos presidentes que vão ser eleitos, mas que depois não têm condições para exercer as suas competências com dignidade. -----

----- **Augusto Rodrigues Silva Andrade:** Propõe que ao lado dos táxis e para evitar engarrafamentos quando há viaturas, especialmente pesadas, a fazer descargas ali, que se retirassem os bancos e as floreiras que ali se encontram e se criasse estacionamento, única e exclusivamente, só para cargas e descargas dos carros pesados que andam a servir o comércio. Por último, deixa um voto de rápidas melhoras aos dois GNRs e ao Sr. Presidente da Junta de Queirã que ficaram feridos durante os incêndios. -----

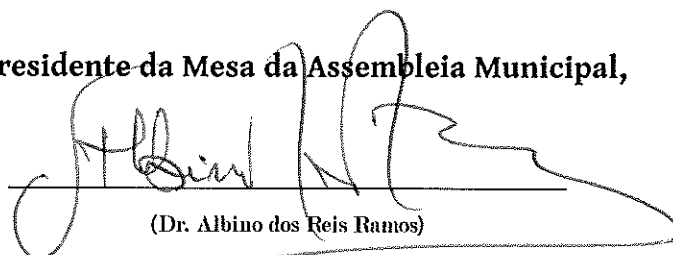
----- **Presidente da Câmara Municipal:** Dirige-se ao Dr. Márcio para lhe dizer que tem que requerer o relatório. Quanto ao Sr. Presidente da Junta de Cujó, informa que sempre teve uma relação correta com ele, ao contrário do Sr. Presidente da Junta de

Cujó que nunca a teve nestes 4 anos para com o Sr. Presidente da Câmara, que fez várias visitas à freguesia e o Sr. Presidente da Junta nunca o acompanhou. No que concerne ao Presidente da Junta de S. Joaninho, também lhe deseja as melhores felicidades, tanto políticas que venha a ter, como pessoais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Informa que quanto ao relatório, a Lei diz que o Presidente da Câmara tem de dar conhecimento aos restantes membros do órgão executivo e remeter ao órgão deliberativo cópia desses mesmos relatórios. Mas dado que foi pedida cópia do mesmo pelos elementos da Assembleia Municipal, fica exarado em ata o seu pedido e que o relatório irá ser enviado pelo por e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----  
-----  
E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Luísa Guedes Albuquerque, Assistente Técnica, para o efeito designada, que a secretariei e redigi. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,**



(Dr. Albino dos Reis Ramos)

**A Secretária**



(Ana Luísa Guedes Albuquerque)